



AGRICULTURA URBANA EM BELO HORIZONTE: CONEXÕES ENTRE DIREITO À CIDADE E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Yago Evangelista Tavares de Souza ¹
Ghiulia Cabral Martins ²
Victor Gabriel de Souza Lima Alencar ³

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo a discussão da questão da Agricultura Urbana em Belo Horizonte e na sua região metropolitana, utilizaremos como base teórica as teorias lefebvrianas e traremos ao longo do texto exemplos de ações na região supracitada. A ideia é mostrar o quão ampla é a quantidade e formas de ações e como elas intercalam a luta pelo direito à cidade e a alimentação digna. O objetivo do trabalho é também contribuir para o debate sobre cidadania, função social da propriedade, políticas públicas, minorias sociais, entre outros, a partir das aproximações possíveis e potentes entre os estudos urbanos, rurais e o campo agroecológico. Buscamos apoiar essa reflexão em uma perspectiva lefebvriana sobre o direito à cidade, em busca de romper com a ideia de que a agricultura urbana é apenas um resquício do rural que, eventualmente, desapareceria no urbano, e entendê-las como parte do processo de produção e apropriação do espaço.

Palavras chave: Agricultura Urbana; Direito Humano à Alimentação; Belo Horizonte; Agroecologia

Abstract:

This article aims to discuss the issue of Urban Agriculture in Belo Horizonte and its metropolitan region, we will use Lefebvrian theories as a theoretical basis and will bring throughout the text examples of actions in the aforementioned region. The idea is to

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - (IGC/UFMG). Integrante do AUÊ!/UFMG e do Museu das Remoções - Vila Autódromo (RJ). Bolsista FORMEX-UFMG. e-mail: yagoevangelista@ufmg.br;

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), integrante do grupo AUÊ!/UFMG, Bolsista da CAPES, email: ghiuliacabral@gmail.com;

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), integrante do grupo AUÊ!/UFMG, Bolsista do CNPq - Brasil, e-mail: victoralencar.aue@gmail.com;



show how wide the quantity and forms of actions are and how they intertwine the fight for the right to the city and to food. The goal of this work is also to contribute to the debate about citizenship, social function of property, public policies, social minorities, among others, based on the possible and powerful approximations between urban and rural studies and the agroecological field. We seek to support this reflection in a Lefebvrian perspective on the right to the city, in an attempt to break with the idea that urban agriculture is only a remnant of the rural that would eventually disappear in the urban, and to understand them as part of the process of production and appropriation of space.

Key words: Urban Agriculture; Human Right to Food; Belo Horizonte; Agroecology

Introdução

As práticas de agricultura nas cidades e as relações entre agricultura e urbano não são uma especificidade do mundo contemporâneo. No Brasil, por exemplo, era possível encontrar quintais produtivos nos fundos das residências nas principais aglomerações urbanas do período colonial. Entretanto, mesmo com a existência de inúmeros relatos e evidências históricas da existência de práticas agrícolas em centros urbanos, só recentemente tem se tornado objeto de pesquisas e de aprofundamento de estudos acadêmicos. Não só no Brasil, mas no mundo, as iniciativas de agricultura urbana têm se multiplicado nos últimos anos e apresentam motivações e interesses diversos que apontam caminhos para outras formas de apropriação, transformação e produção do espaço urbano e metropolitano.

No Brasil, a agricultura urbana contempla uma série de iniciativas que podem ser compreendidas como práticas espontâneas, como práticas ligadas à mobilização e organização social e até mesmo fruto de ações de políticas públicas em diálogo com processos internacionais (ALMEIDA, 2016). Um marco da visibilização e institucionalização da agricultura urbana no país foi o trabalho de pesquisa intitulada “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção” (SANTANDREU; LOVO, 2007), que identificou, sistematizou e produziu análises sobre as diferentes iniciativas em regiões metropolitanas do país⁴ e foi responsável pela seguinte formulação conceitual:

a agricultura urbana é conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo (*sic*), trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

⁴ O estudo teve como referência as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador.



Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (p. 13)

Apesar de ainda continuar em construção, este conceito se tornou referência no contexto nacional e é importante compreender as diferentes formas de apropriação por parte dos sujeitos envolvidos nas práticas e das abordagens de políticas, programas e projetos vinculados às ações de governo e às agendas internacionais. A agricultura urbana também tem se inserido em diferentes movimentos, articulações e organizações de base da sociedade civil, dialogando com diversas pautas, e pode se apresentar como estratégia para alternativa de renda, acesso à alimentação de qualidade, apropriação de espaços subutilizados como forma de criação de espaços de sociabilidade, lazer, da prestação de serviços ambientais e tantas outras. Essas ações e pautas também se conectam com os interesses das agendas de governos, se enquadrando na promoção da segurança alimentar e nutricional, em grande parte, e até mesmo em agendas como as de promoção de cidades ecológicas, produtivas e inclusivas (COUTINHO; COSTA, 2011). Contudo, assim como aponta Coutinho e Costa (2011), a inserção da agricultura urbana em pautas de governos precisa ter um aprofundamento no entendimento dos reais interesses, podendo assumir perspectivas diferentes, como

[...] um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou pode favorecer um ideário conservador, com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais (p. 95).

Sendo assim, o objetivo do trabalho é contribuir para o debate sobre o direito à cidade e as dimensões que este conceito mobiliza e interrelaciona, como com os temas da justiça social, espacial e ambiental, cidadania, função social da propriedade, dentre outros, tendo como referência e base de análise as aproximações possíveis e potentes desse conceito com as práticas agrícolas urbanas. Buscamos apoiar essa reflexão em uma perspectiva lefebvriana, como uma tentativa de romper com a ideia de que a agricultura urbana seria apenas um resquício do rural que, eventualmente, desapareceria no urbano, e entendê-las como parte do processo de produção e apropriação do espaço das cidades e metrópoles. A partir dessa perspectiva, também é possível olhar para a agricultura urbana como uma resposta sociopolítica e uma potência estratégica, por conectar o direito à cidade ao direito à alimentação humana adequada (DHAA)⁵.

Serão apresentadas algumas conexões a nível teórico e em seguida algumas experiências e iniciativas de agricultura urbana em Belo Horizonte como forma de inspiração e de realidades e experimentações concretas que apontam para o uso da cidade como processo de construção que tem como base a práxis contra-hegemônica e anticapitalista, que pensa e age sobre a cidade para além do lógica individualista, mercadológica e lucrativa. A aproximação com as iniciativas e experiências de

⁵ O DHAA tem estreita relação com o campo de estudos, pesquisas e ações da sociedade relacionado à segurança alimentar e nutricional. Segundo CASEMIRO; VALLA; GUIMARÃES, 2010, a fome, a má nutrição e a desnutrição são manifestações da violação desse direito. Sua garantia implica o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para melhores condições de vida e de saúde da população, principalmente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



agricultura urbana neste território tem forte conexão com o eixo de trabalho “Caracterização e Mapeamento das Agriculturas Metropolitanas” desenvolvido pelo grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana. Este grupo está sediado no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC-UFMG) e tem desenvolvido diferentes ações de ensino-pesquisa-extensão em agroecologia e agricultura urbana, assim como promovendo diferentes conexões com campos de atuação diversos desde 2013.

Em diálogo com os estudos e aprofundamentos teórico-conceituais, a Caracterização e Mapeamento tem experimentado um conjunto de ferramentas e metodologias para levantamentos de dados e informações. O levantamento em campo dos dados se ancoram principalmente na realização de visitas às unidades produtivas e/ou em espaços coletivos, onde se aplica um questionário e/ou realiza rodas de conversas, grupos focais ou outras metodologias participativas, além do georreferenciamento (ALENCAR; COSTA, 2020).

Agroecologia da cidade - conectando direito à cidade e direito à alimentação

No contexto brasileiro, a urbanização e a implosão-explosão da realidade urbana se dá em decorrência de uma política territorial concentradora, integradora e conservadora que é alinhada à uma base econômica capitalista e agro-exportadora/mono-industrial, que estende o tecido urbano para além das cidades e se impõe aos espaços rurais e periurbanos, ampliando as condições urbano-industriais, a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania (MONTE-MÓR, 2006).

Esse caráter extensivo da urbanização se alinha à “expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço” (MONTE-MÓR, 2006, p. 12). Nesse sentido, a relação urbanidade-ruralidade não desaparece, mas intensifica-se (LEFEBVRE, 2006). O campo e a cidade não só possuem elementos sócio-espaciais complementares, mas também conflitantes, confluentes e híbridos, no sentido das “simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses momentos [agrário, industrial e urbano] coexistem” (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

Nas práticas e iniciativas de agricultura urbana, o hibridismo ruralidade-urbanidade fica em evidência, primeiro, por práticas agrícolas serem vinculadas à uma função do campo que, a partir dos processos de transformações, expansões e migrações campo-cidade, passam a ser, também, uma prática na/da cidade — principalmente em suas periferias. Entretanto, não se deve reduzir a agricultura urbana a um resquício do rural, pois na contemporaneidade é um movimento cada vez mais crescente que se conecta com pautas, motivações e projetos de transformação dos contextos sócio-espaciais, econômicos, políticos e ambientais da cidade. É possível encontrar nessas práticas discursos e construção de ações voltadas e conectadas com o direito à cidade, à reforma urbana, à questão ambiental urbana, e com diversas motivações para transformar a cidade a partir das tradições, da busca por outras formas de vida e do cotidiano nas cidades.

Nas cidades modernas o ritmo de produção do capital se impõe sobre todos os aspectos da nossa vida, não só ao espaço ou ao tempo, mas também ao cotidiano,



criando demandas por hora, sistemas de transporte rápidos, sistemas de comunicação cada vez mais velozes ou em resumo, como organização repetitiva, ou uma organização ritmada das nossas vidas (LEFEBVRE, 2013a, p.7). As urbanidades-ruralidades no meio urbano, surgem como resistência a essa lógica de produção do espaço urbano, em forma de contratempo, que desloca o foco do tempo de produção do capital para a natureza.

É importante questionar as diversas falsas dicotomias que são recorrentemente afirmadas (campo-cidade, rural-urbano, cidade-natureza, etc), uma vez que contribuem para a invisibilidade das potencialidades das iniciativas de agricultura nas/das cidades. Primeiro, é necessário ultrapassar a cultura anti-urbana que prevalece no campo ambiental e no campo dos estudos rurais, assim como aponta Costa e Almeida (2012), a concepção de que as atividades agrícolas nas cidades são meros resquícios de atividades rurais em vias de serem destruídas pelo avanço do tecido urbano e considerar que estas práticas são e devem ser parte do espaço urbano (*ibidem* p. 71) ou ainda entender que “a agricultura urbana deve ser vista como parte intrínseca do processo de urbanização” (BARTHOLL *et al*, 2021). Isso revela as leituras e concepções em torno de cidade e urbano como incompatíveis com a preservação e conservação de recursos naturais e com os usos tidos como rurais, os quais se conectam com uma naturalização do conflito e da oposição entre urbano-ambiental (COSTA, 2008), assim como do urbano-natureza e urbano-rural. Essas perspectivas parecem negar o inevitável avanço do processo de urbanização e a potência da urbanidade e em como as relações sócio-espaciais incorporam a dimensão socioambiental.

As práticas de agricultura urbana, principalmente aquelas que incorporam os princípios da agroecologia⁶, têm evidenciado relações socioambientais nas cidades que tensionam as dicotomias – pela produção sustentável; por um modo de vida híbrido que incorpora no cotidiano valores e práticas rurais e urbanas; e pela apropriação dos recursos (terra, água, biodiversidade, etc) a partir da lógica da reprodução da vida. Entretanto, no campo agroecológico (por ter uma tradição mais conectada com as práticas e estudos rurais) existem leituras sobre essas práticas atribuindo-as um caráter essencialmente rural ou um rural “dentro” do urbano (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017). Essa leitura parece negar a dialética socioespacial, considerando o espaço apenas como uma base material com características específicas, como se fosse um palco das relações sociais e não um produto de uma relação dialética. Tanto o espaço quanto as relações se auto-determinam, resultando um produto social ou uma realidade social (LEFEBVRE, 2013b).

Se por um lado, esse encontro das práticas rurais com a cidade – por mais que carreguem elementos de uma tradição rural – se modificam e transformam os espaços

⁶ A agroecologia pode ser compreendida como uma ciência, um movimento social e uma prática (WEZEL *et al.*, 2009), portadora de um enfoque teórico-metodológico transdisciplinar baseado no diálogo de saberes que busca promover sistemas agroalimentares sustentáveis. Para além de diversas tecnologias sociais e formas produtivas, a agroecologia se estrutura a partir de princípios, como a valorização dos saberes e práticas tradicionais, a construção de ações baseadas na perspectiva feminista, antirracista, da economia popular e solidária, na busca por soberania e segurança alimentar, dentre outros. Assim, é possível compreendê-la como um projeto societário de transformações sócio-espaciais que direciona para outras formas de relação em sociedade, de organização do trabalho e de relação com os usos dos territórios.



em que estão inseridas, além de também existirem inúmeras iniciativas e sujeitos que surgem e praticam a agricultura sem essas tradições. Ou seja, nascem a partir da urbanidade, no exercício da cidadania e na busca de transformações das realidades das cidades. Essa perspectiva é denominada por Almeida e Biazoti (2017) como práticas agrícolas conectadas à “*agroecologia da cidade*”, que dialoga com a perspectiva lefebvriana do direito à cidade, reconhecendo-a como obra coletiva que é transformada, apropriada e produzida pelas práticas. A “agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade [...] que faz emergir outros saberes em suas práticas” (ibidem, p.5). Assim, provocam a reavaliar e reconstruir os significados do que é rural e urbano na atualidade e a encontrar formas de superação das dicotomias, mas “requer uma mudança cultural e epistemológica mais abrangente, tanto nas formas de análise dos resultados das pesquisas nestas áreas, quanto no arcabouço teórico-conceitual disponível para lidar com elas” (COSTA; ALMEIDA, 2012, p. 73). Nesse sentido, é possível avançar na visibilização dessas práticas enquanto promotoras de relações sócio-espaciais potentes para a transformação das realidades vividas na cidade, reconhecendo a riqueza acumulada nos saberes e práticas, assim como superando a visão de que são muito frágeis, localizadas ou irrelevantes (ibidem).

Há uma série de má conceitualizações e usos quando se trata do direito à cidade, por vezes se trata o direito à cidade como um direito positivo, como se ele pudesse ser cristalizado em forma de lei ou de decreto e bastaria que se aprovassem bons planos diretores que ele seria finalmente atingido, ou é tratado quase que exclusivamente como o devido acesso ao equipamento urbano, a habitação, ao lazer. Assim como as práticas de agricultura urbana apontam, o direito à cidade transcende o aspecto legal ou de ação de políticas públicas, se revelando como o exercício de autonomia para apropriação e transformação das cidades. O Direito à Cidade é a insubordinação à lógica de produção do capital e pode ser compreendido também como o direito à mudança e à diferença. Pensando nisso, Bartholl *et al*(2021) argumenta que

a luta pelo direito à cidade deve ser entendida como uma luta por outra (so)ci(e)dade. Simplificando, as cidades não podem ser transformadas a menos que haja uma forma diferente de organizar a sociedade e as periferias, que por sua vez (seja urbana, periurbana ou rural) não podem se tornar mais soberanas (alimentares). Afinal, a soberania plena em nível local só é possível quando superamos a estrutura da sociedade capitalista atual baseada em relações de poder violentas e exploradoras para uma sociedade que sabe, em diálogo aqui com os zapatistas no México, nem centros, nem periferias (p. 3).

“Se o campo não planta a cidade não janta” é uma frase recorrente nos estudos rurais, entretanto, as práticas de agricultura urbana têm ganhado cada vez mais visibilidade, o que destaca a importância de se repensar essas relações. Estima-se que de 15% a 20% dos alimentos consumidos no mundo venham das agriculturas urbanas (Smit *et al*, 1996), apesar desse dado estar datado, é interessante enxergar nele o potencial produtivo das cidades, que certamente não é totalmente explorado. Essa subutilização se dá por diversos motivos, desde a falta de incentivos e políticas públicas a conflitos territoriais específicos.

Em 2017, no acampamento Maria da Conceição do MST, em Itatiaiuçu/MG, ocorreu uma das visitas previstas no Encontro Regional Sudeste de Agroecologia - ERÊ!, encontro preparatório para o IV Encontro Nacional de Agroecologia -



Agroecologia e democracia unindo campo e cidade, realizado em 2018 em Belo Horizonte. Nesta visita surgiu a seguinte frase, que acabou virando o lema do encontro: “Se o campo e a cidade roçar, todo povo vai almoçar. Se o campo e a cidade plantar, todo povo vai jantar. Se o campo e a cidade se unir, a fome não vai existir!”. A reestruturação da frase tipicamente usada no âmbito das práticas e estudos rurais permite tensionar a concepção limitante da agricultura nas cidades com um caráter essencialmente rural ou um rural “dentro” do urbano (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017), e atribuir a ela um potencial legítimo de produção e integração aos sistemas agroalimentares.

No Brasil, as questões que envolvem a agricultura urbana são debatidas nacionalmente por grupos, organizações e sujeitos que integram o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (fundado em 2014). Ele é composto por agricultoras/es urbanas/os, organizações da sociedade civil, redes e grupos de pesquisa, que atuam na promoção da agricultura urbana e de outros temas correlatos, como o da Segurança Alimentar e Nutricional. O CNAU também integra diferentes espaços do movimento agroecológico, como o da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa inserção, tanto do coletivo como de atores ligados à AU, tem provocado o campo agroecológico a ampliar e incorporar os debates e temas relacionados ao urbano. Com isso, as cidades e as regiões metropolitanas, comumente vistas apenas como uma possibilidade de mercado para consumo alimentar, passam a incorporar também as possibilidades de espaços produtivos agroecológicos (com suas multifuncionalidades). Para além disso, há de se reconhecer que a agricultura urbana compreende uma expressiva diversidade de práticas em diferentes escalas e contextos, e visibilizar as diferentes situações nas quais algumas agriculturas diferem da lógica mercantil e industrial de produção (capitalista), podendo conectar a função social com o valor de uso da terra, configurar novos territórios metropolitanos e revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017).

Agricultura Urbana em Belo Horizonte - rumo à agroecologia da cidade?

No município de Belo Horizonte (BH), assim como em sua região metropolitana (RMBH), é possível encontrar diferentes práticas e iniciativas de agricultura, sejam elas iniciativas sociais individuais, familiares, coletivas, comunitárias, ligadas a povos e comunidades tradicionais e até mesmo aquelas com algum traço empresarial (pequenos e médios empreendimentos, por exemplo), sejam em quintais urbanos, hortas comunitárias (em espaços privados e públicos), quilombos, terreiros, ocupações urbanas, dentre outros espaços. Esse conjunto diverso vem interagindo com diferentes dinâmicas socioespaciais (áreas de preservação ambiental, vazios urbanos, áreas com forte atuação do mercado imobiliário, dentre outras), impulsionadas pela concentração e diversidade de atividades econômicas e pela crescente dispersão e fragmentação da urbanização e metropolização da capital mineira.

A formação, transformação e consolidação de Belo Horizonte e sua região metropolitana (RMBH) possui forte atuação do Estado e diferentes setores do capital - como o imobiliário e industrial, que possuem papel central no processo de crescimento urbano, industrialização e metropolização do município e dos demais que vieram a



constituir a RMBH⁷. Pode-se dizer que os processos de expansão e articulação do tecido urbano resultaram uma segregação sócio-espacial que ainda marca a estrutura da metrópole, além de uma forte dependência dos demais municípios em relação à Belo Horizonte. Além disso, há a deterioração das condições de mobilidade; grande vacância domiciliar e fundiária disseminada pela mancha urbana em toda a RMBH; agravamento dos conflitos entre os diferentes usos e ocupação do solo (industrial, extração mineral, agropecuária, habitação, dentre outros); crescente comprometimento dos recursos naturais de alcance metropolitano; manutenção da excessiva concentração da oferta de serviços e de empregos no núcleo central de Belo Horizonte; e descentralização relativa dos investimentos privados no território metropolitano (UFMG, 2014).

Essas tendências evidenciam a complexa relação rural e urbano na RMBH, principalmente no que tange à crescente dispersão e fragmentação do tecido urbano e do agravamento dos conflitos entre os diferentes usos do solo. O crescente comprometimento dos recursos naturais e a profusão dos investimentos privados no território metropolitano apontam para a complexificação dessas relações. Por outro lado, nas áreas intersticiais, nas bordas e nas margens desse sistema urbano-industrial, são produzidas espacialidades que carregam potencial de utilização diversas, como o uso e as práticas agrícolas urbanas e agroecológicas (ALMEIDA, 2016).

Essas práticas e iniciativas têm evidenciado as diversas formas que a agricultura se apresenta neste território, principalmente no que se refere às dinâmicas socioespaciais que estão inseridas e promovem. Reconhecendo e buscando compreender essas diferentes formas, o trabalho de Caracterização e Mapeamento realizado pelo Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana IGC/UFMG e parceiros têm evidenciado que a cada dia novas práticas surgem e outras sofrem transformações. As dinâmicas vivenciadas pelas experiências são muito complexas, sejam pelos conflitos enfrentados ou pelas novas oportunidades para o seu desenvolvimento. De forma geral, pode-se perceber que existe uma diversidade de sujeitos, de formas organizativas do trabalho, de acesso à terra, de formas de produção e de espaços produtivos. Construir uma abordagem teórico-metodológica para lidar com as questões é um desafio. Neste sentido, o termo *agriculturas metropolitanas* tem sido utilizado para evidenciar a heterogeneidade e a riqueza das práticas em contextos metropolitanos, se apoiando nos debates contemporâneos sobre a agroecologia em diálogo com a agricultura urbana e a agricultura familiar, compreendendo as aproximações, intersecções e complementações entre esses campos, já que no cotidiano da metrópole e das/os agricultoras/es se percebem fortes conexões. Algumas dessas agriculturas e seus contextos territoriais podem ser vistas na figura a seguir⁸.

⁷ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), oficialmente criada na década de 1970, é composta por 34 municípios e outros 16 que compõem o que é definido como Colar Metropolitano. Possui uma população de cerca de 4.882.997 habitantes (segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010), sendo 96.402 considerados como população rural (1,97%). Notoriamente a maioria da população vive em áreas consideradas urbanas, fazendo com que a RMBH seja a terceira maior aglomeração urbana do país, além de representar o centro político, econômico, cultural e demográfico do estado de Minas Gerais (TONUCCI FILHO, 2012).

⁸ As iniciativas mapeadas pelo AUÊ! não são a totalidade das agriculturas nos municípios e aqui será apresentado o esforço que tem sido realizado desde 2013 em contactar sujeitos e articulações para avançar o trabalho. Assim, esta atividade segue sendo um trabalho permanente no grupo a fim de contemplar novas iniciativas em toda a RMBH.



Agriculturas em Belo Horizonte e região

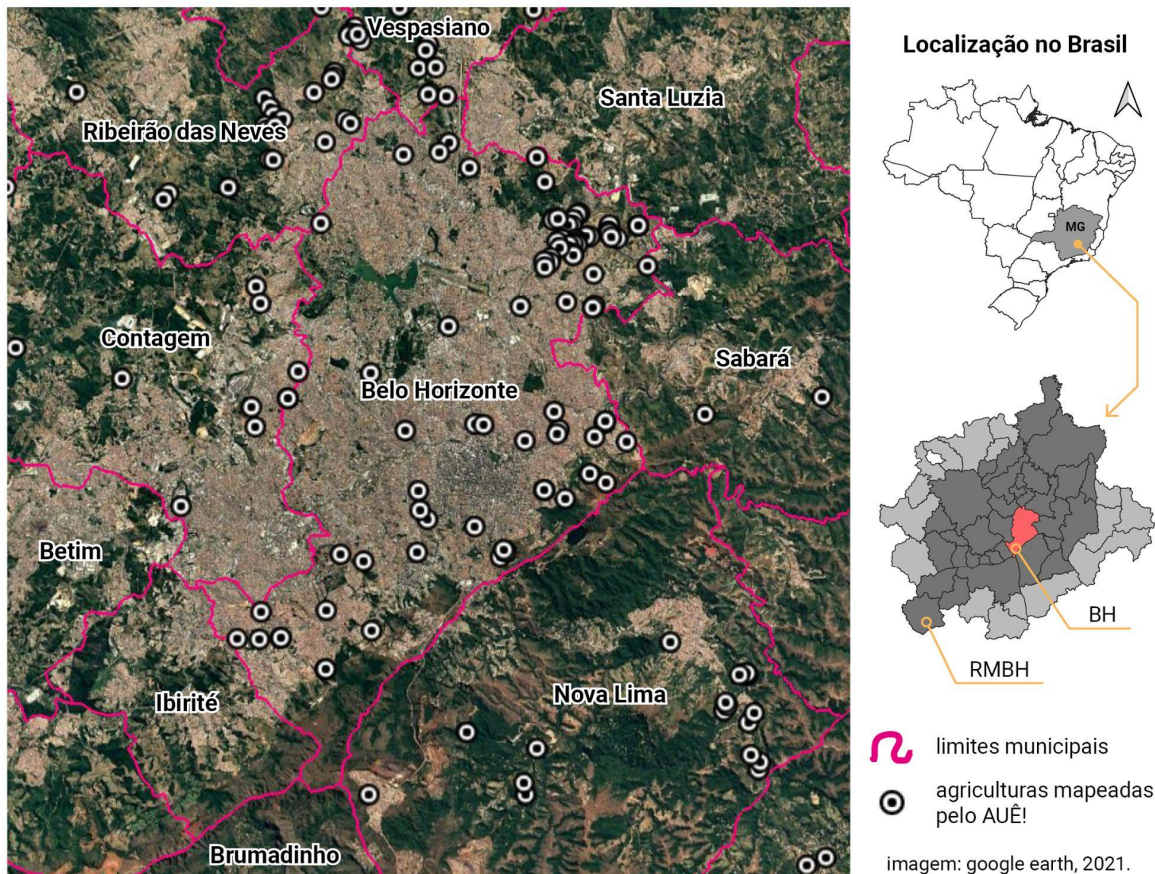


Figura 01 - Localização de Belo Horizonte e agriculturas mapeadas pelo AUÊ!.

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do grupo AUÊ!, 2021.

É notório em BH a relação das agriculturas com os espaços de periferia e territórios populares. Recentemente tem se construído conexões importantes entre as articulações de agroecologia e agricultura urbana com os movimentos que lutam pelo acesso à moradia, mostrando caminhos interessantes de construção conjunta de lutas e pautas, principalmente a partir da construção de uma cidade e sociedade mais justa, democrática e sem fome que apontam para o direito à cidade enquanto obra coletiva e o acesso à alimentação como um direito fundamental. Além disso, cultivar hortas individuais (nos quintais, por exemplo) e coletivas (hortas comunitárias, pomares, etc) tem sido um recurso importante para legitimar o cumprimento da função social das terras ocupadas em processos de negociação de desapropriações e remoções, assim como de permanência.

Essas conexões são mais notórias nas iniciativas em ocupações urbanas voltadas para moradia que, em Belo Horizonte, a grande maioria acontecem em glebas ainda não parceladas ou em lotes grandes que não cumprem sua função social. Estão localizadas mais distantes do centro da capital, mais notoriamente nas regiões norte e sudoeste do município. Na Ocupação Eliana Silva e Ocupação Paulo Freire (parte das seis



ocupações conhecidas como as ocupações do Barreiro); na Ocupação Vitória, Ocupação Esperança e Ocupação Rosa Leão (reconhecidas como ocupações da Izidora, região norte), assim como na Ocupação Dandara (na região da Pampulha), existem diferentes iniciativas de hortas comunitárias e individuais que tem implementado e experimentado uma série de tecnologias sociais ligadas à agroecologia, como a implementação de sistemas agroflorestais, que tem evidenciado uma complexa e potente relação socioambiental em diálogo com as pautas do acesso à alimentação adequada, ao direito à cidade, à geração de renda e melhoria da qualidade de vida dessa população.

Como exemplo, o quintal do Adão e da Ana na Ocupação Vitória, que também participam da Horta Familiar do Vitória no mesmo território, há a produção de diferentes tipos de hortaliças, frutas e legumes, e comercializam a produção na recente Feira de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (parte das ações de promoção da agroecologia e agricultura urbana da Prefeitura de Belo Horizonte). Essas e outras iniciativas das ocupações tem sido fortalecidas a partir de diferentes parcerias, dentre elas merecem destaque o coletivo Agroecologia na Periferia e sua rede de parcerias⁹. A articulação promovida por esse coletivo tem proporcionado a criação de hortas comunitárias e o incentivo ao plantio nos quintais das moradias das ocupações urbanas em Belo Horizonte e em municípios da RMBH, bem como a realização de oficinas para a difusão de tecnologias sociais que convergem com os princípios da agroecologia. Mais recentemente, o Agroecologia na Periferia, junto com agricultoras/es de ocupações, tem articulado e organizado um CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura)¹⁰ - o CSA Ora-Pró-Nóbis¹¹.

Em contexto de vilas e favelas, a agricultura realizada em quintais produtivos, em hortas comunitárias, dentre outros espaços, também é muito recorrente. De forma geral, os quintais ou plantio em pequenos espaços nestes territórios estão associados à vida cotidiana da população e configuram espaços adjacentes à moradia, que se integram ao ambiente domiciliar e público a partir do cultivo de hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, temperos e/ou até mesmo a criação de pequenos animais, destinadas principalmente para o autoconsumo, e em alguns casos para venda direta, trocas e doações com vizinhos. Essas relações complexas de vizinhança tem sido fortalecidas em muitos casos a partir dessas trocas de produtos e também de mudas, sementes e outros insumos. Em BH, merece destaque as iniciativas no Aglomerado da Serra e Vila Acaba Mundo (localizados na região centro-sul), em especial a Horta da Associação de Moradores da Vila Santana do Cafezal, a Agrofloresta Vila Acaba Mundo e a Agrofloresta Flor da Montanha (todas iniciativas coletivas e comunitárias).

Outra região que merece destaque é a do Baixo Onça (na região nordeste), que em meio aos conjuntos habitacionais, às casas populares e lotes é possível notar uma diversidade de plantas e animais. Merece destaque os quintais produtivos da Vera e da

⁹ <https://www.facebook.com/agroecologianaperiferia>.

¹⁰ Segundo a CSA Brasil (organização que atua no apoio de construção de CSAs pelo Brasil), a Comunidade que Sustenta a Agricultura é um modelo de trabalho conjunto entre produtor e consumidor, o qual se estrutura a partir de um grupo fixo de compradores que se compromete a pagar uma mensalidade em troca de alimentos e produtos agropecuários com certa periodicidade. Esse modelo permite, dentre outras coisas, maior segurança para agricultoras/es em termos de planejamento e destinação da produção, assim como o acesso à alimento de qualidade e agroecológicos para os consumidores/as.

¹¹ https://www.instagram.com/orapronobis_csa/



Júlia (ambas integrantes da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU). Nesses dois quintais é possível encontrar uma diversidade de hortaliças, frutas, frutos, sementes, criação animal, dentre produtos beneficiados (como geleias, compotas, bolos, etc). Comercializam sua produção no próprio bairro e em algumas feiras, como na Feira Terra Viva¹². Ambas também participam da recente Associação Horizontes Agroecológicas que, dentre suas ações, tem construído um Sistema Participativo de Garantia da produção orgânica¹³. Além desses quintais, nesta região existem duas hortas comunitárias - a Agrofloresta do Ribeiro de Abreu e a Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu, ambas criadas a partir da atuação do COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu)¹⁴.

Como mencionado em alguns exemplos, as iniciativas coletivas e comunitárias apresentam uma diversidade relacionada às formas e funções que desempenham. Essas iniciativas compreendem hortas comunitárias, farmácias vivas, pomares comunitários, a criação de animais, sejam em espaços privados, institucionais ou públicos. Se encontram nas praças e parques, em lotes vagos, em escolas, em ONGs, dentre outros. Além de representarem espaços de produção de alimentos saudáveis, configuram espaços de encontro, de sociabilidade, de formação coletiva, de articulações e mobilizações sociais. Em BH, a partir de um levantamento realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, existiam até 2021 cerca de 42 unidades produtivas coletivas e comunitárias atendidas pelos seus projetos e ações. Além das iniciativas já citadas, merece destaque os Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs)¹⁵, que tiveram suas implementações em 1995. A conformação dos CEVAEs envolveu, em 1993, uma articulação entre a Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, concretizando-se com o convênio entre a PBH e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)¹⁶ até o ano de 2001.

Além dessas iniciativas coletivas fruto de projetos da prefeitura, existem outras tantas que possuem motivações diversas, além do autoconsumo e da comercialização, como: fins medicinais e terapêuticos, para lazer e recreação, para o desenvolvimento de experimentações e pesquisa agrônômica, para aprendizado e realização de cursos e oficinas, para manutenção de culturas e para práticas espirituais e/ou religiosas. Estes e outros elementos são essenciais para se pensar a multifuncionalidade e a pluralidade

¹² <https://www.instagram.com/feiraterraviva/?hl=pt-br>

¹³ A Horizontes Agroecológicos, fundada em 2019, é fruto da mobilização e articulação de diferentes agricultoras/es da RMBH, que tem como pauta principal o SPG, o qual tem proporcionado a confluência entre diferentes atores da região. o SPG é um dos três mecanismos reconhecidos pela legislação brasileira (Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007) de avaliação da conformidade de produtos orgânicos alinhados aos aspectos definidos pela Lei da Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003).

¹⁴ <https://www.facebook.com/COMUPRA>

¹⁵ Os cinco CEVAEs são equipamentos públicos atualmente vinculados à Fundação Municipal de Parques da Prefeitura de Belo Horizonte, localizados cada um em uma regional do município (leste, nordeste, oeste, noroeste e Venda Nova).

¹⁶ A REDE é uma organização não governamental, criada em 1986, que atua diretamente na promoção da agroecologia em municípios do Leste de Minas e da RMBH. Alguns dos principais objetivos são a promoção e qualificação de experiências de produção agroecológica e organização popular, por meio do acompanhamento às famílias e grupos e da implementação de atividades de formação e capacitação que fortalecem as experiências e a atuação política das lideranças e das organizações de base. Para saber mais: <https://redemg.org.br>.



dessas práticas e as potencialidades que trazem para repensar e revalorizar os espaços da cidade a partir de outras lógicas.

No sentido de outras lógicas de apropriação e produção da cidade, é importante mencionar os diversos territórios ligados aos povos e comunidades tradicionais presentes nas metrópoles brasileiras. Em Belo Horizonte, existem 4 comunidades quilombolas e 174 terreiros¹⁷, em que a prática agrícola configura um importante elemento nas manifestações culturais de matriz africana. O trabalho de Gomes (2009), mostra a riqueza de rituais e outras práticas desses povos em Belo Horizonte - “os saberes, sabores e curas”, segundo a autora -, as relações com as plantas e com outras práticas ligadas à agricultura, assim como as representações e apropriações que estes territórios apresentam para a cidade e para o urbano - “Entre os princípios que encontramos na cultura negro-africana das plantas está o da interação entre a natureza e o homem, mediados pelas relações mitológicas” (ibidem, p. 141).

Além dessas iniciativas envolvidas principalmente com a produção, existem outras que se dedicam e/ou possuem como caráter principal a dimensão da comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. Em BH e na RMBH, para além das políticas de aquisição de alimentos e dos mercados de venda de alimentos (como supermercados e sacolões), existem diversas feiras e empreendimentos da Economia Popular e Solidária - EPS. A exemplo, em BH tem a Feira da Cidade Administrativa, a Feira Agroecológica da UFMG e as feiras promovidas pela Prefeitura de Belo Horizonte (feiras orgânicas, direto da roça e a recente Feira da Agricultura Urbana). Estas são formas importantes para a autonomia das/os agricultoras/es de de comercializarem sua produção (o que contribui para a geração de renda e manutenção desses sujeitos), sem necessariamente precisar de intermediários e maior aproximação entre produtoras/es e os consumidoras/es. Além das feiras, existem outras formas de comercialização, como as CSA's que já mencionadas, assim como grupo de compras coletivas e organização de consumidoras/es. Estes mecanismos de comercialização, de forma geral, contribuem para o fortalecimento da agroecologia da cidade ao criarem espaços de comercialização justa, além de comumente serem realizadas nestes espaços algumas oficinas, palestras, cursos, dentre outras atividades de formação e de debate, configurando também espaços de trocas e de articulação.

¹⁷ De acordo com o mapeamento de terreiros realizado pelo projeto *Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro* nas capitais e regiões metropolitanas dos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco, e Rio Grande do Sul. O projeto foi executado pela Associação Filmes de Quintal, o qual deu origem à plataforma “Mapeando o Axé” - www.mapeandoaxe.org.br.

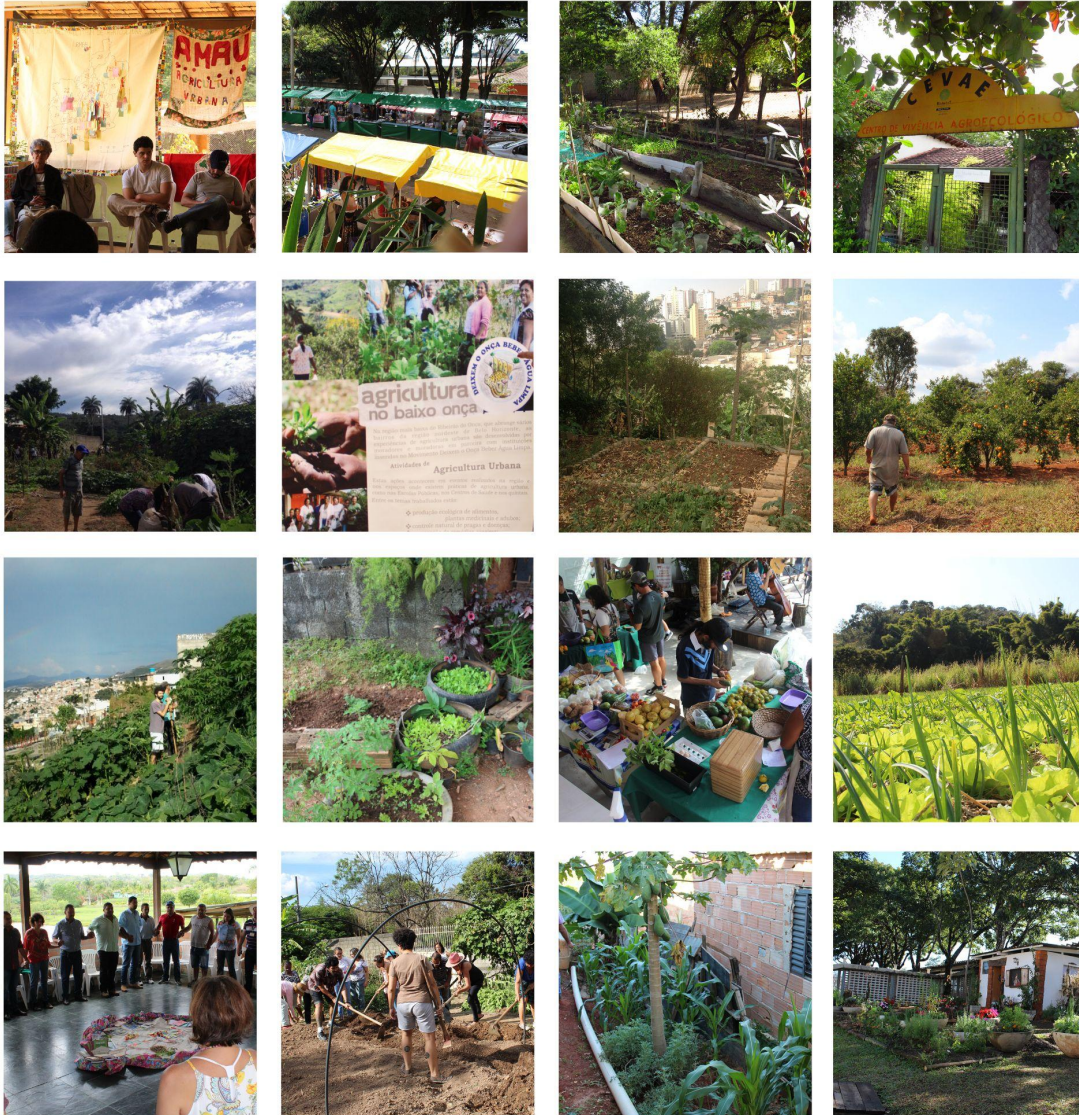


Figura 02 - Algumas iniciativas de agricultura urbana em Belo Horizonte.

Fonte: elaboração dos autores a partir do acervo AUÊ!/UFMG, 2021.

Apesar dessa riqueza e diversidade, de formas e funções, os espaços das agriculturas também se relacionam com as intensas dinâmicas de segregação e desigualdade sócio-espacial da metrópole e configura um campo ainda com muita invisibilidade. A condição desses sujeitos e de seus espaços tem enfrentado uma série de desafios, principalmente devido à precarização das políticas públicas, do intenso processo de valorização da terra, da escassez oriunda das mudanças ambientais e do comprometimento dos recursos naturais (principalmente as águas), dentre outros processos. Por outro lado, as articulações de grupos e atores sociais e as diversas práticas, experiências e iniciativas de agricultura na RMBH vem mostrando caminhos importantes para a superação de diversos conflitos e também outras formas de relações em sociedade e com a terra, centradas na solidariedade, no cooperativismo, na sustentabilidade, na equidade e na valorização cultural.



Considerações finais

O que podemos observar a partir das experiências em Belo Horizonte são as fortes conexões entre o direito à cidade e o direito à alimentação adequada, principalmente através da organização de membros da sociedade civil em torno dessas pautas e a quase indissociação delas. A exemplo, se por um lado as ocupações urbanas citadas evidenciam a falta do direito à habitação digna na cidade, por outro são exemplos de apropriação e produção da cidade a partir de outras lógicas - baseadas na coletividade e solidariedade, por exemplo. Os quintais produtivos no Baixo Onça e no Aglomerado da Serra são evidências de que as práticas agrícolas são parte do cotidiano das cidades, em especial nas suas periferias e favelas. Práticas que mostram que o urbano e o rural se misturam e confluem e nos fazem questionar a dicotomia campo-cidade, rural-urbano, entre outras.

As diversidades de práticas aqui apresentadas estão em parte circulando de forma paralela ao mercado formal de alimentos, uma vez que algumas delas são produzidas para autoconsumo e troca. A pluralidade de formas de circulação da produção mostra sua importância para a cidade e as redes que podem ser criadas a partir disso. Há uma crescente demanda por alimentos e produtos produzidos de maneira saudável e sustentável, sem o uso de agrotóxicos e outros poluentes, sendo as práticas agroecológicas uma possibilidade de suprir essa demanda e, ao mesmo tempo, gerar renda e facilitar o acesso da população à alimentação de qualidade. Dessa forma, a agroecologia urbana pode fornecer subsídios para construir e transformar as realidades das cidades, incorporando também os elementos socioambientais.

Sobre as relações campo-cidade ou rural-urbano, compreende-se que alguns territórios são marcados por uma realidade híbrida. Portanto, busca-se entender o “rural” e o “urbano” como categorias analíticas parciais, que auxiliam a pensar e conceber as características dos territórios, mas não contemplam as complexidades existentes. Ou seja, essas categorias devem ser colocadas sempre em diálogo para tentar superar suas limitações dicotômicas e, assim, possibilitar uma análise mais próxima da realidade. Adotamos esse ponto de partida para realizar as reflexões desse artigo, mas cientes de que questões podem surgir e provocar outras abordagens. Nesse sentido, ainda procuramos formas de responder a seguinte questão: Como compreender a condição das/os agricultoras/es frente ao urbano (ou a sociedade urbana em formação), e quais caminhos apontam para a transformação das realidades atuais, assim como contribuir na superação do urbano-industrial-capitalista?

Além disso, temos observado na RMBH iniciativas de agricultura e agroecologia protagonizadas por mulheres, jovens e outros grupos sociais que colocam uma série de questões para serem exploradas, como os temas e pautas sobre gênero, sexualidade e juventudes. Assim, os debates contemporâneos promovidos pelos movimentos feministas, negro, LGBTQIA+, decolonial e urbanos, com forte presença das juventudes, tem contribuído para a ampliação das bases de uma série de campo disciplinares e de estudos (conceituais, teóricas e metodológicas), incluindo a agricultura urbana e a agroecologia, o que tem avançado para construir aportes que convergem para o enfrentamento estrutural de diferentes e combinados processos de desigualdades presentes na sociedade brasileira e que atravessam grande parte das



agricultoras e agricultores – como o racismo, machismo, homofobia, transfobia, xenofobia, etc. Entender como e por quê essas questões se relacionam é essencial para uma leitura mais aprofundada sobre as agriculturas nos territórios urbanos e metropolitanos brasileiros. Dessa forma, são questões que nos deparamos e que ainda precisam ser mais exploradas em trabalhos futuros.

Referências

ALMEIDA, D. A. O. de. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, D. A. O. de; BIAZOTI, A. R.. **Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!** 2017. **Anais do VI Congresso Latino-Americano, X Congresso Brasileiro, V Seminário do DF e entorno de Agroecologia**. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2017.

ALENCAR, V.G.S.L.; COSTA, H.S.M. Uma exploração demográfica sobre urbanização e agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**, 2020, Santiago, Chile. Anais...Santiago: ALAP, 2020.

COSTA, H. S. de M. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. (ed.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

COSTA, H. S. de M.; ALMEIDA, D. A. O. Agricultura Urbana: possibilidades de uma praxis espacial? **Cadernos de Estudos Culturais**, vol. 4, no. 8, p. 61–78, 2012.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, vol. 07, no. 2, p. 81–97, 2011.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1972].

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4th ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006 [1968].

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis: Space, time and everyday life**. Bloomsbury Academic, 2013a [1992].

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013b [1974].



MONTE-MÓR, R. L. de M.. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. Texto para Discussão N° 281, **CEDEPLAR/UFMG**, Belo Horizonte, p. 14, 2006.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Belo Horizonte: IPES, REDE: 2007.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte:** um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.16.2012.tde-23052012-151814. Acesso em: 2021-07-04.

UFMG. Macrozoneamento Metropolitano. **Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano** (Produto 02). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review. Agronomy for Sustainable Development**, vol. 29, no. 4, p. 503–515, 2009.